

O cotidiano dos carregadores e vendedores de rua em perspectiva no final do século XIX e primeiras décadas do XX no sul de Minas Gerais

The daily life of the shippers and sellers from the street
in perspective at the end of the century XIX
and first decades of the century XX in the south of Minas Gerais

Daniel Camurça Correia¹

RESUMO: Busca-se com este artigo problematizar a realidade de vida e de trabalho dos carregadores e vendedores das ruas do sul de Minas Gerais. Por meio da análise de fotografias do início do século XX, pretende-se observar como foi edificado o discurso relativo à “memória da cidade”, de diferentes espaços urbanos, para entender como a elite política e intelectualizada registrou e cristalizou a imagem de seus trabalhadores pobres.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia. Trabalhadores pobres. Memória.

ABSTRACT: Search with this article problematize the reality of life and work of the carriers and sellers street, on southern of Minas Gerais. Through the analysis of photographs of the early XX century, pretends to observe how was built the speech of the “memória da cidade” of different urban spaces, to understand how the political and intellectualized elite registered and crystallized the image of his poor workers.

KEYWORDS: Photography. Poor workers. Memory.

Ao abordar questões sobre a linguagem imagética, temos a oportunidade de discutir os avanços e recuos dentro do campo da historiografia, no que diz respeito ao escrever sobre homens e mulheres que lutaram por seus direitos, por condições de trabalho, lazer e moradia.

Pensar sobre o universo daqueles que, de diferentes formas, articularam-se contra a dominação e o controle, faz parte das análises deste texto. E, na mesma medida, busca-se entender os (des)caminhos articulados pela elite dominante sulmineira, que intentava sobre os mecanismos de registro e de cristalização da imagem de suas cidades, estereotipando, conseqüentemente, a imagem da população pobre, livre e trabalhadora.

Ao pensar sobre a presença dos trabalhadores urbanos pobres dos centros brasileiros do final do século XIX, considerando-os de modo geral, sem descaracterizar suas

¹ Universidade Cruzeiro do Sul. danielcamurcac@yahoo.com.br.

especificidades, é possível levantar os problemas decorrentes de suas atuações, tendo em vista que estavam espalhados por toda a cidade, realizando variados “mistres” (como vendedores de água, de frutas, de doces e salgados, carregadores de cadáveres, de materiais fecais, acrobatas, amas-de-leite e outros), e eram majoritariamente informais. Fatores estes que dificilmente ganham visibilidade dentro do estudo historiográfico.

A partir de estudos mais preocupados em revelar aspectos constituintes destes homens e mulheres pobres, surgiram pesquisas que analisavam a vida e o trabalho da população pobre carioca, alimentando, posteriormente, pesquisas em diferentes cidades brasileiras (Chalhoub, 1986).

Desta forma, se faz importante levar em consideração a história do estudo sobre os trabalhadores nacionais no Brasil e, por isso, alguns pesquisadores problematizaram o levantamento de pesquisas sobre o movimento operário brasileiro, no qual é afirmado que:

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores apareceram de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle (Paolli; Sáder; Telles, 1984, p. 103).

Assim, mudou o conceito e o modo de se avaliarem os trabalhadores fabris, muito embora, dentro do estudo historiográfico, os trabalhadores informais continuassem marginalizados.

Apenas a partir dos anos de 1980 surgiram pesquisas que reverteram este quadro, dando atenção ao universo de homens, mulheres e crianças que não estavam vinculados a nenhum tipo de instituição; pessoas estas que estavam nas casas, nas ruas, nas esquinas, nas praças, vendendo ou trocando seus produtos. E, com isso, mudou também a forma de se categorizar os trabalhadores pobres livres, levando em consideração suas práticas e costumes.

Foi entendido, assim, que a forma pela qual os trabalhadores executavam seus trabalhos não estava baseada na desordem, mas numa organização que vem de longa data, articulada a partir de seus entendimentos sobre o mundo, as relações entre os homens e a feira

livre. Estes tipos de negociações desarticulavam as imposições estabelecidas pelos detentores das mercadorias e dos mercados públicos, fazendo com que a regulamentação das vendas e a prestação de serviços tornassem realidade. Todavia, apesar da interferência desta norma, o trabalho de rua resistiu, mesmo que os vendedores ambulantes sofressem retaliações das mais variadas.

Durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, o sul de Minas Gerais recebia, cada vez mais, uma leva de migrantes que almejavam alcançar riqueza e prosperidade através da agricultura. O número de vilas aumentava e a busca por novas terras também. Ainda na primeira metade do século XIX, estabeleceu-se, na antiga Campanha da Princeza, a sede administrativa das vilas existentes na região.

Somente no fim dos novecentos que a vila de Pouso Alegre conquistou destaque e visibilidade no sul da província mineira (Rezende, 1991, p. 6).

Com o advento das novas técnicas da época – a máquina fotográfica – parte da população teve interesse em registrar as mudanças ocorridas, principalmente no que diz respeito às ruas, aos prédios públicos e eclesiásticos, no intuito de cristalizar as ditas melhorias urbanas.

A intenção, junto ao discurso vigente da época, era edificar a “memória da cidade”, na qual ficaria registrada a evolução do espaço urbano, por meio do arruamento, das construções em moldes ecléticos e da regulamentação e tentativa de aplicação do código de posturas.

As famílias abastadas tentavam a todo custo cunhar nas lembranças da população, na nomeação das ruas, na marcação das praças, bem como nos registros públicos, os sobrenomes de seus familiares.

Como é observável na Foto 1, a intenção era registrar a melhoria urbana no que tange as construções pousoalegrenses. O fotógrafo centraliza a catedral metropolitana com o intuito de focar na grandeza da fé, a qual é representada pela maior edificação da imagem.

Figura 1 - Trabalhadores e vendedores no largo da catedral metropolitana de Pouso Alegre (1904)



Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (MHMTT)

Em contrapartida, e por causa da ênfase dada à catedral, Pouso Alegre é retratada como uma cidade acanhada, comprimida e obediente à fé católica.

Destacam-se três planos na imagem: o primeiro, o firmamento superior; o segundo, a catedral, responsável por intermediar o céu e a terra; e, este último, representando o terceiro plano, o local dos homens e de suas ações.

O foco será dado ao terceiro plano, no qual é visível uma economia predominantemente doméstica, insistente, na qual revela a presença da população comum, circulando, carregando e vendendo itens oriundos de suas pequenas lavouras.

No emaranhado das relações existentes na foto 1, os populares são visíveis e atuantes. As pessoas presentes na imagem estão empurrando carros de mão, levando e trazendo víveres; puxando os cavalos e suas carroças, para abastecerem casas, comércios e lavouras mais afastadas; por fim, as crianças, que se reúnem para correr, brincar ou trabalhar.

De acordo com os memorialistas de Pouso Alegre, a cidade alcançou, a partir da década de 1880, um devido respeito que se intensificou no século XX. Afirmam os memorialistas e cronistas que Pouso Alegre se edificou devido à intensa produção de café e, graças ao comércio resultante do plantio, a cidade pode se desenvolver.

Em decorrência disto, cristalizou-se na “memória urbana” o nome de personalidades, inevitavelmente da elite agrária, que foram exclusivamente responsabilizados pela edificação do espaço urbano. E, ao que consta, pequenos lavradores, escravos, forros e demais trabalhadores pobres e livres foram esquecidos – pelo menos por parte destes memorialistas.

A Foto 2 revela aspectos constituintes da imagem tradicional das elites da cidade. A grande família agrária era retratada com vigor, na qual o senhor de terras apresentava sua extensa família, partindo de sua esposa e filhos até os agregados e empregados – extensão de suas posses.

Os trabalhadores, assim como as terras, eram registrados como bens, os quais estavam ali para servir ao senhor e sua família. A fotografia, então, tem o papel de registrar e perpetuar a relação de poder entre senhores e trabalhadores. Porém, chama a atenção o fato da relação ser de mão dupla, pois o que salta aos olhos na imagem é a extensa estrutura de terras, pessoas e equipamentos dos quais o senhor dependia.

Para que as posses do senhor se mantivessem, ele permanecia refém de uma complexa rede de trabalhadores que sustentavam sua estrutura de poder. Esta percepção ganha força na medida em que se observam as mulheres negras segurando os recém-nascidos, que, independentemente da cor da pele, se tornaram membros da família fotografada, mostrando que o ideal de família que se tentou perpetuar na foto 2 era mais heterogêneo do que se podia desejar.

Figura 2 - Imagem tradicional da grande família agrária de Pouso Alegre (1899)



Fonte: MHMTT

A população comum aparecia como pano de fundo, continuidade da vida e do funcionamento da lavoura de seus senhores. Mas, em presença e visibilidade constante. Apesar do interesse de seus senhores, circulavam entre o campo e a cidade, levando e trazendo os produtos para além do café, pois vendiam os itens que sobravam de suas pequenas plantações (Correia, 2011, p. 43).

Como a presença constante destes homens e mulheres apontavam para outra estrutura familiar, visível diariamente nas ruas de Pouso Alegre, passaram a ser objeto de perseguição dos cronistas e memorialistas, que desenhavam estas pessoas como estereótipos de um agrupamento transgressor – por isso, risível (Bergson, 1987, p. 14).

Os poucos trabalhadores comuns, que foram pincelados na história dos pousoalegrenses, nada mais significavam para os memorialistas do que aspectos nostálgicos e saudosistas de uma cidade cheia de tipos engraçados, que deveriam ser moralizados, ao mesmo passo que pertenciam a uma veia cômica e inofensiva dos moradores fixos ou adventícios. Estes homens e mulheres, então, deveriam ser colocados em seus devidos lugares.

O que significava dizer que não faziam parte da memória oficial de Pouso Alegre (Correia, 2003, p. 97).

Por outro lado, mesmo que estes memorialistas e cronistas desejassem tipificar os trabalhadores comuns, isto não significou dizer que não existiram no espaço urbano, ou que não contribuíram para a construção da complexa teia social do lugar. Muitos foram os trabalhadores pobres, livres, forros urbanos ou rurais que conviveram com outros moradores da cidade.

De forma bastante rápida, Manoel Coutinho de Rezende escreve suas memórias alertando o leitor da presença de escravos fugidos e índios existentes nas matas do sul de Minas. A edificação da cidade de Pouso Alegre deu-se, também, a partir das relações de sociabilidades construídas com os diferentes sujeitos existentes na região. Porém, no que diz respeito à construção do comércio e da vida urbana, para este texto, a presença de cativos, de forros e de brancos pobres se torna mais relevante (Rezende, 1991, pp. 11-2).

Quanto à presença dos moradores fixos, muitos realizavam diferentes “misteres” dentro, ou ao redor do mercado público da cidade. Assim, Rezende afirma que:

A área interna formava um vazio ocupado pelos caixões dos mercadores, quase só de cereais e cebolas. Acompanhando a parede, do lado direito, havia um elevado de tijolos e cimento, na forma de uma calçada, ocupados pelos mercadores de toucinho e carnes suínas. Na frente havia uma engenhoca, que vendia caldo de cana (garapa). A pequena torre dava cobertura para uma pequena área ocupada pelos pasteleiros e na frente, já na rua, estacionavam os carros de bois com rapaduras. (Rezende, 1991, p. 31)

Para o memorialista, a presença dos trabalhadores do mercado representava apenas o desenvolvimento comercial da cidade. Porém, para além das questões econômicas, existia uma sociabilidade organizada tanto pelos poderes públicos, quanto pelos vendedores de carnes verdes, frutas e verduras que determinavam quem trabalhava aonde. A rede de sociabilidade era elaborada de forma a permitir que os vendedores tivessem seus espaços garantidos. Sabendo desta necessidade, a intendência era obrigada a construir o mercado e planejar o seu funcionamento respeitando as regras não-ditas destes homens.

Entretanto, de acordo com algumas pesquisas:

Se o mercado era o ponto em que os trabalhadores mais freqüentemente se sentiam expostos à exploração, era também o ponto – especialmente nos distritos rurais ou manufatureiros dispersos – em que eles podiam mais facilmente se organizar. Ir ao mercado (ou “fazer compras”) se torna cada vez mais impessoal na sociedade industrial desenvolvida. Na Grã-Bretanha e na França do século XVIII (e em algumas partes do Sul da Itália, no Haiti, na Índia rural ou na África da atualidade), o mercado continuava a ser uma conexão tanto economia quanto social. Era o lugar onde ocorriam centenas de transações: as notícias eram dadas, os rumores e os boatos corriam por toda parte, discutia-se política (se é que se discutia) nas estalagens ou vendas de vinho ao redor da praça do mercado. O mercado era onde as pessoas, por serem numerosas, sentiam por um momento que tinham grande força (Thompson, 1998, p. 201).

Deste modo, respeitando as barreiras espaço-temporais é possível compreender as feiras, bem como as praças, como locais de disputa entre diversificadas categorias sociais, as quais tentavam dar visibilidade as suas práticas, a seus saberes sobre a venda e a comercialização de frutas e verduras. Porém, o poder público chegava, no final do século XIX, para tentar manipular este comércio, no qual hora saía vencedor e hora era despistado pelos trabalhadores informais.

Isso mostra que a elite política e comercial não detinha o controle sobre os produtos de subsistência nos mercados. Pelo contrário, os trabalhadores das ruas, que ali estavam dia após dia, sabiam organizar suas vidas e trabalhos de modo que pudessem viver e trabalhar em meio à tentativa de controle.

Fugindo de guardas e fiscais, ou mesmo de estereótipos risíveis e degradantes, os trabalhadores das ruas estavam sempre presentes nas feiras livres.

Figura 3 - Trabalhadores, vendedores e carregadores no mercado público de Pouso Alegre (1935)



Fonte: MHMTT

Na foto 3, destaca-se o burburinho do mercado. A presença maciça e constante da população trabalhadora, dentro e fora das paredes do mercado, representa o ir e vir das relações de trabalho, do compadrio, das brigas e burlas realizadas diariamente. A presença de homens e mulheres, crianças e adultos, de gravatas acompanhadas de chapéus e de cabeças desvestidas não representam um mercado democrático, mas uma intensa rede de relações, na qual estes diferentes sujeitos participavam ativamente, dentro de seu jogo de interesses e de perspectivas culturais.

Duas presenças eram significativas no mercado. Em primeiro lugar, os moradores fixos, que tinham suas pequenas hortas e trato com animais de pequeno porte, que comercializavam, geralmente, do lado de dentro da feira. Em segundo, a presença de adventícios, geralmente oriundos de cidades outras, ou mesmo de fazendas, trazendo consigo, em carroças, os produtos das *lavouras* ou de seus engenhos, oferecidos no lado de fora do mercado. De modo geral, estes homens elaboravam seus espaços de tensão e convivência, muitas vezes, com outros trabalhadores, com fregueses, com crianças ou mesmo com vendedoras de doces.

Rezende não deixa de mencionar as brincadeiras das crianças, no início do século XX, quando conviviam com as vendedoras de guloseimas:

Entre os caixões dos mercadores os doceiros colocavam seus tabuleiros de doces. A Beatriz, uma preta gorda e brava era um desses confeitores. Com meu carrinho de caixão estacionado à beira do degrau da escada, à espera de quem desejasse carregador para as compras, eu me divertia com outros meninos jogando tento; quando notamos distúrbio no interior do mercado, ouvimos os palavrões da Beatriz e vimos moleques correndo com doces nas mãos, procurando fugir dos murros da preta, eles desejavam saborear os doces sem dinheiro, combinaram uma briga perto do tabuleiro, que foi derrubado na confusão e os doces apoderados pelos moleques, sob os palavrões e murros da doceira. (Rezende, 1991, p. 31)

Rezende permite que seu leitor adentre, sutilmente, no universo dos variados trabalhadores pobres do mercado. Primeiramente, anuncia sua condição de trabalhador, mostrando a presença de crianças, para além das brincadeiras e do consumo de doces. Muitos jovens trabalhadores, para complementar o orçamento da casa, ou mesmo para adquirir um brinquedo ou qualquer outro utensílio, se dirigiam ao mercado para ganhar dinheiro, seja prestando serviços, seja realizando um trabalho fixo para algum comerciante.

Em seguida, o memorialista apresenta um “mister” realizado por mulheres. Na lida diária, muitas, para sustentarem seus filhos, realizavam diversos ofícios. Beatriz era uma delas, que fazia e vendia doces. Ora, a condição feminina em nada inferiorizava a inserção da mesma nas tensões cotidianas, pois, quando necessário, muitos embates físicos aconteciam. As doceiras, assim, entravam em tensão direta com outros comerciantes; com crianças taradas por doces; e com as mulheres elitizadas, que não suportavam se aproximar do mercado sem deixar de se deliciar com os quitutes das vendedoras (Dias, 1984, p. 13).

Vale destacar a astúcia elaborada pelas crianças para conseguirem a tão desejada guloseima. Cientes da eficácia da brincadeira, as crianças simulavam situações, na qual enganavam os trabalhadores das ruas e do mercado, para roubarem brinquedos, doces, salgados, entre outros. De modo geral, o convívio, dentro ou fora do mercado, permitia esta construção social.

Por outro lado, mesmo que a população fixa e/ou adventícia dependesse do mercado público, bem como dos vendedores de rua, ainda tecia comentários diversos para execrarem,

ou mesmo expulsarem aqueles que incomodavam os olhos e os narizes dos que viviam e trabalhavam na cidade. Geralmente, nos espaços urbanos oitocentistas, a tipificação era uma forma dos moradores do centro das cidades menosprezarem os populares, denominando-os de “feios”, “maltrapilhos”, “bêbados”, “loucos”, entre outros traços caricatos que quebravam com os costumes e as práticas culturais destes sujeitos.

Eduardo Toledo, em seu livro de memórias, *Estórias do Mandu*, não deixa de retratar a vida de alguns homens e mulheres populares. Porém, também não deixa de enfocá-los sob o olhar moderno e higienizado, característicos da tipificação popular. De acordo com o memorialista, diversos eram os sujeitos que pertenciam a Pouso Alegre do início do século XX. Muitos destes populares moravam nos arrabaldes da cidade, quando desciam para o centro, em variadas horas do dia, pareciam constituir para suas elites um verdadeiro espetáculo de horrores (Toledo, 1998, p. 129).

Para Toledo, a condição de trabalho implementado por estes homens e mulheres era algo inexistente, inclusive porque o memorialista compreendia que estes homens não tinham nem o domínio sobre seus atos. Eram, na visão do escritor, seres bestiais e, desta forma, cabia à população abastada “cuidar” e “proteger” os “ignorantes” e “bobos” moradores pousoalegrenses.

Não é à toa que Toledo sente orgulho, em seu livro, ao afirmar que “meus tios Osvaldo e Garlinda decidiram adotar a pequena Ernestina, de cinco anos de idade [filha de Chico e Chica Leitoa]” (Toledo, 1998, pp. 129-30).

Para o autor, o “casal de bobos” não tinha condições financeiras, nem mesmo mental, para cuidar de uma criança. E, era através da caridade cristã, implementada pelos moradores fixos do centro, que poderia haver condições concretas para salvar a alma e a mente dos pobres.

Por meio do discurso da caridade, que beneficiava muito mais a quem dava do que a quem recebia, as famílias abastadas se dirigiam à praça da catedral para manifestar sua indulgência para com estes sujeitos, que perdiam seus nomes próprios para ganharem apelidos, feições e trejeitos caricaturescos, como foi o caso da “Siá Maria dos Cacos”; do

“Louco de Pala”, enviado para o hospício do Juqueri; da “Siá Rita”, rezadeira; do “Garibaldi, o velho funileiro” e do “Velho Osório”, correligionário (Toledo, 1998, pp. 130-2).

No que diz respeito aos trabalhadores ambulantes da Pouso Alegre das primeiras décadas do século XX, foi possível localizar ofícios característicos da cidade, bem como da região. Durante o inverno, principalmente, a população necessitava de madeira para aquecer o fogão a lenha e, desta forma, era de comum acordo entre a população local, principalmente a mais afastada do centro, que poderiam pegar lenha nas matas.

Fato que durou até o início dos novecentos, quando a câmara dos vereadores resolveu legislar e taxar o trabalho dos vendedores ambulantes de lenha, os quais, a partir de então, deveriam ser matriculados, higienizados e estarem munidos de carneiros amarrados em carroças, para só assim poderem transportar as lenhas que seriam vendidas¹.

A população pobre estava acostumada a se dirigir às matas para pegarem toda a lenha necessária para prepararem seus alimentos, se aquecerem ou fazerem qualquer outra atividade que desejassem. Porém, a partir do momento que o código de postura da cidade tornou impossível o corte de galho das árvores na proximidade, ou mesmo dentro, da circunscrição urbana pousoalegrense, obrigou os populares a se servirem dos vendedores ambulantes de lenhas. Gerando, assim, leis e punições não muito diferentes daquelas observadas na Inglaterra setecentista (Thompson, 1998, p. 294).

Ora, era óbvio que a população não iria ceder a esta pressão. Em primeiro lugar, os moradores dos arrabaldes não gastariam dinheiro com um serviço que eles mesmos poderiam realizar, para si ou para possíveis fregueses; em segundo, mesmo com a existência da regra, certamente não existiriam guardas suficientes na cidade para vigiar as matas (muito provavelmente não vigiavam nem o centro da cidade), ocasionando uma continuidade na busca pelas lenhas, por parte da população pobre; em terceiro, a necessidade de sistematizar a venda de lenha surgiu a partir do interesse da instituição pública em querer taxar impostos e multar a população.

Na verdade, foram as famílias abastadas brasileiras que, desejando ver as cidades limpas e higienizadas, valeram-se do discurso médico-político para tornarem possíveis a implementação de tais normas (Ponte, 1993, p. 109).

A partir de 1909, era possível cobrar dos populares medidas para evitar que as ruas ficassem sujas de folhas e galhos de árvores. Pois, no início do século XX, os moradores do centro passaram a se incomodar com a presença da mata nas calçadas de suas lojas e com a obrigação dos automóveis em esmagar e empoeirar o trânsito.

Uma série de trabalhadores também passaram a ser vigiados, taxados e multados, como era o caso de ferreiros, funileiros, jornaleiros, vendedores de querosene, de preparados medicinais, abatedouros e assim por diante. De acordo com as disposições municipais, estes homens deveriam seguir as regras rigorosamente, estando sujeitos a penalidades monetárias.

Com o advento da república, mais precisamente a partir da virada do século, as cidades de pequeno, médio e grande porte passaram a ser normatizadas a partir de outra lógica. E, assim, ganhou força a necessidade de homens de negócios, médicos, sanitaristas, políticos e demais setores elitizados implementarem seus discursos e estratégias para regularem os populares. Caberia a população comum ter de se adequar à nova realidade moderna e chocante da *urbes*, o que obviamente não aconteceu (Rago, 1991, p. 130).

Apesar da intensa necessidade e aplicação de tentativas de dominar a população, os trabalhadores pobres e livres resistiram durante o início do século XX. Suas formas de viver e trabalhar não foram elaboradas do dia para a noite, da mesma forma que não foram deterioradas com tanta facilidade.

As estratégias implementadas pela elite local se constituíram no plano discursivo, nem sempre resultando em embates ou conquistas. E mesmo com a tipificação organizada pelos moradores fixos da cidade, os trabalhadores comuns, taxados ou não de loucos ou dementes, mantiveram formas de sustentar suas famílias.

Os intelectuais da cidade, seculares ou não, edificaram, durante o século XX, a busca pela imagem perfeita da cidade e dos pousoalegrenses. Por décadas a “memória da cidade” ficou associada ao bairrismo de seus cronistas. Fato que permanece ainda nos dias atuais, e, no

entendimento deste texto, cabe aos historiadores sociais reverem as balizas que ora aproximam, ora distanciam memória e história, sendo estas (memória e história) duas categorias de análise fundamentais para o ofício do historiador, que devem ser vistas e revistas nas pesquisas das cidades de pequeno, médio e/ou grande porte.

A partir de algumas imagens de Rugendas é possível lançar problemáticas entorno dos trabalhadores nacionais pobres e livres. Na imagem intitulada “Carregadores de Água” é possível observar um intenso mercado para atender as necessidades da população local. Nota-se a presença maciça de homens e mulheres negros se servindo das fontes para abastecerem seus senhores e fregueses. Momento este que é entendido pela guarda municipal como desordem, por haverem conflitos, brigas e disputas pela utilização do espaço (Rugendas, 1976).

As fontes, em alguns casos, encontravam-se dentro da circunscrição urbana, obrigando a câmara a proibir qualquer tipo de balburdia que pudesse acontecer. Resultando, assim, em intensa fiscalização nos locais.

No entanto, esta fiscalização acabava por limitar o uso sobre a água, obrigando os carregadores a buscar fontes mais distantes e dando margem a ocorrência de brigas que, certas vezes, eram forjadas pelos próprios carregadores com o intuito de desviar a atenção dos fiscais para permitir que os aguadeiros se servissem do precioso líquido.

Por conta disto, indagando sobre a presença destes trabalhadores nacionais e as formas pelas quais se inseriam dentro do espaço citadino, apresentam-se apontamentos em três direções: primeiro, reconhece-se a rua como espaço de trabalho, na qual homens e mulheres se organizaram na finalidade de estabelecer locais de atuação, seja este na esquina de um *boulevard*, seja próximo a um mercado público, ou mesmo traçando sua trajetória entre as ruas principais do centro.

Segundo, realizada a cartografia da cidade, é observável a pluralidade de trabalhadores de rua, desde acrobatas a vendedores e carregadores ambulantes, perpassando pelas inclusive pelas mulheres, vendedoras de doces e salgados. E, por isso, os trabalhadores pobres nacionais devem ser reconhecidos dentro de suas especificidades, e de forma alguma devem ser entendidos como um grupo disperso e desarticulado, como sinônimo de “vadiagem”.

Os trabalhadores de rua são pessoas que se organizaram dentro dos centros urbanos do final do século XIX, onde cada trabalhador escolhia o trabalho, a forma que este seria realizado e, principalmente, quando seria realizado, independente das normas do poder instituído.

Em um terceiro momento também se deve reconhecer este trabalhador de rua dentro do espaço do lar, da brincadeira e do descanso, já que estes momentos igualmente fazem parte de sua realidade. De forma alguma o trabalhador nacional se vê apenas como um trabalhador, e, dentro de suas estruturas de sensibilidade, este realiza uma teia de relações com outros grupos para, em suas manifestações, elaborar, inventivamente, resistências que atestam seu lazer e seu descanso, que o permita ir aos botequins em meio ao serviço, ou mesmo que não vá trabalhar.

As imagens de trabalhadores no momento de seus “mistérios” traz à tona a materialização dos momentos abordados acima.

Sabemos que existe uma infinidade de material escrito sobre o assunto, permitindo, inclusive, o levantamento de uma série de outras discussões. Entretanto, a preferência dada, neste trabalho, pelas imagens, aconteceu exatamente pelo fato de serem estas uma fonte de pesquisa ainda pouco debatida.

A imagem contém um discurso próprio. É feita com intenções e recortes – o olho do fotógrafo valendo-se como construtor de um discurso –, e cabe ao historiador perceber a construção ali abordada e indagar porque a escolha daquele recorte e não de outros (Grivel, 2000, p. 45).

No que diz respeito ao sul de minas, muita documentação sobre os trabalhadores pobres e livres ainda não foi localizada ou analisada. Muitas temáticas importantes para a história local ainda não se tornaram públicas, permitindo, assim, que os historiadores busquem campos férteis, para rever a história oficial mineira, de modo geral, e a memória pousoalgrense, em particular.

Pouco debate foi travado para entender a presença dos trabalhadores urbanos, bem como a forma com a qual as autoridades públicas tentavam vigiá-los e puni-los.

Com o advento do Estado Novo, em Pouso Alegre, ganharam força e visibilidade as escolas profissionais. A intenção era preparar o trabalhador ideal – dentro dos moldes do governo getulista – e, para tal, era necessário elaborar ou ampliar as já existentes escolas profissionalizantes.

Figura 4 - Oficina de escultura da escola profissional Delfim Moreira (1935)



Fonte: MHMTT

O maior expoente desta nova estratégia de controle foi a escola profissional Professor Delfim Moreira. Fundada em 1917, a escola funcionava como uma oficina de escultura.

Na Foto 4, vemos os professores de jaleco branco orientando os aprendizes. Chama a atenção o fato dos aprendizes não estarem pousando para a foto, mas em posição de execução de tarefas.

Vale lembrar que o instantâneo não reproduzia a imagem rapidamente e, assim, era necessária mais de meia hora para que a imagem ficasse pronta, o que exigia esforço físico para quem estava agachado no chão.

Representação do lugar do conhecimento, treinamento e preparação de aprendizes, as escolas profissionalizantes tinham papel fundamental de modelo a ser seguido. Local a ser procurado por aqueles que buscavam serem bons trabalhadores, dentro da ótica de cidadania republicana. Conseqüentemente, os trabalhadores das ruas representavam o antimodelo do trabalho.

Figura 5: Interior da oficina de escultura da escola profissional Delfim Moreira (1935)



Fonte: MHMTT

Na Foto 5, o fotógrafo captou múltiplas atividades em funcionamento, como se desejasse registrar a organização e o desenvolvimento do trabalho. Ao revelar os aprendizes em posição de trabalho, como se o fotógrafo não estivesse presente, demonstra-se uma situação de cumprimento de tarefas, na qual o personagem principal seria a própria escola. Desta maneira, por meio das imagens da escola profissionalizante, se constrói a imagem do trabalho e do trabalhador nacional.

A tentativa em descaracterizar o trabalhador de rua também era financiada pelas instâncias públicas, o que significa dizer que a elite econômica sulmineira articulava discursos e práticas em consonância com o poder instituído. E, foi de salutar importância, baseado na discussão acima, repensar os campos de investigação da história, pois, os paradigmas

históricos devem ser observados numa perspectiva que contemplem os problemas de ontem e de hoje. Para isto, problematizar o ofício do historiador é fundamental.

Analisar criteriosamente o saber-fazer sobre as fontes e metodologias ajudam não só na construção do objeto de pesquisa mais também no entendimento de uma sociedade, de uma época, e por que não, do próprio presente.

Assim, os trabalhadores de rua não podem ser pensados apenas como um aglomerado de pessoas sem ordem. Afinal, nem sempre dois e dois são quatro. E, assim, o fato de ter conclusões preestabelecidas, dentro do saber-fazer historiográfico, pode levar a pesquisa a conclusões equivocadas ou mesmo preconceituosa sobre sociedades distintas. Respeitar os campos das diferenças é fundamental para o historiador que busca analisar as complexidades sociais do final do século XIX.

Referências

BERGSON, H. **O riso: Ensaio sobre a significação do cômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREIA, D. C. **“Oí, tá vendo!”: O cotidiano dos trabalhadores e carregadores das ruas na cidade de Fortaleza (1880-1930)**. 2003. 138f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CORREIA, D. C. **Memória e resistência na construção da família escrava no sul de Minas Gerais (1810-1888)**. 2011. 213f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-graduados em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIAS, M. O. L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRIVEL, C. **A passagem à tela – literaturas híbridas**. *Revista Projeto História*. São Paulo: EDUC, No 21, p. 39-66, Nov/2000.

PAOLI, M. C.; SÁDER, E.; TELLES, V. da S. **Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, p. 129-149, 1984.

RAGO, M. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REZENDE, M. C. **O Pouso Alegre das trilhas dos fiscoadores**. Pouso Alegre: Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, 1991.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Círculo do livro, 1976.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, E. A. O. **Estórias do Mandu**. Pouso Alegre: Academia Pousoalegrense de Letras, 1998.

Artigo recebido em 28 de maio de 2013. Aprovado em 03 de dezembro de 2013.

Notas

¹ CONSOLIDAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DAS LEIS E RESOLUÇÕES QUE REGEM O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE. Aprovada pelo decreto Municipal. São Paulo: Weiszflog Irmãos, N° 1, 30 de junho de 1909, P. 64.